

Senado parte para ofensiva contra ameaça de extinção

Eliane Cantanhede

Brasília — Unicameralidade. Este polissílabo deixa em pânico os senadores, que eleitos por oito anos (o dobro do mandato dos deputados federais) e ciosos do seu inegável status social e político, vão fazer de tudo, a partir de amanhã, para aprovar um regimento próprio que garanta o funcionamento normal do Senado, incluindo plenário e comissões técnicas, durante os trabalhos da Constituinte. Para a esquerda do PMDB, por exemplo, isto é "um golpe na Constituinte". Mas, para os senadores, até os do PMDB, trata-se de "um esforço de sobrevivência".

Pela atual Constituição, o Congresso Nacional se divide em duas câmaras: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, com funções e vantagens distintas que elevam os senadores a uma posição de maior destaque na vida nacional e, em particular, nos seus estados. Segundo o senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), vice-presidente do Senado na legislatura anterior, "há um temor generalizado da ação de alguns grupos de deputados que querem transformar o Congresso numa câmara só, extinguindo o Senado".

A Constituinte é unicameral e, se fosse exclusiva, abriria um forte precedente para a execução prática da idéia.

Repouso dos guerreiros

Em novembro de 1985, quando o Congresso discutiu e aprovou a convocação da Constituinte, já houve divergências entre a Câmara e o Senado quanto à soberania da Constituinte. Essas divergências ganharam discreto lugar nos palanques da campanha eleitoral do ano seguinte e o PT, por exemplo, começou aí a defender a bandeira da extinção do Senado — onde não tem representantes. Argumento: o Senado tem servido para abrigar políticos em fim de carreira ou, em alguns raros casos, em compasso de espera para vôos mais altos, como a Presidência da República. Por isso, aliás, tem sido apelidado de "repouso dos guerreiros".

Dos fraques e cartolas do Império ao terno simples de hoje, contudo, o Senado — ou, pelo menos, o senador — não perdeu muito de sua imponência e, por isso, são poucos os governadores que não disputam uma cadeira ali. Afinal, são apenas três senadores por estado, seja ele o pobre e distante Acre ou o industrializado São Paulo, enquanto a representação na Câmara é proporcional à população de cada um e varia de oito a 60 deputados. Segundo Nísio Tostes, funcionário concursado da Casa há 23 anos, "é o Senado que garante o sistema federativo no Congresso", onde todos os estados têm exatamente o mesmo poder de votos.

Uma outra funcionária acrescenta ao raciocínio: se o Senado for extinto pela Constituinte, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro — as três maiores bancadas na Câmara — poderão votar exatamente o que quiserem e "o Nordeste que se lixe".

Além de consolidar a Federação e garantir o status dos senadores, o Senado ainda tem alguns poderes a mais que a Câmara: ele, e só ele, pode votar empréstimos para estados e municípios (governador sem senador fica a pão e água), indicações de embaixadores brasileiros no exterior e de ministros de tribunais superiores, além de legislar sobre o Distrito Federal. Fora isso, reconhecem seus funcionários, o Senado tem tido um papel meramente supervisor das decisões tomadas na Câmara.

ANC 88
Pasta 06 a 11
março/87
044

Mesmo nesse caso, há vantagens. Nas sessões do Congresso Nacional, quando votam Câmara e Senado, um primeiro, depois o outro, o voto de um deputado conta proporcionalmente ao conjunto, hoje, de 487 deputados. Mas o de um senador, é proporcional a conjunto ~~menor~~, hoje, de 72 votos. Ou seja, o voto de um senador vale quase sete vezes mais do que o de um deputado. Na Constituinte, essa distinção está anulada e se manteria anulada no caso do não funcionamento temporário do Senado, ou, pior, de sua extinção em troca da unicameralidade.

Tiro pela culatra

Senadores como Paulo Bisol (PMDB-RS) acham, contudo, que a estratégia de confronto, já, entre Câmara e Senado pode ser um tiro pela culatra. "Pouco inteligentemente, o Senado está com medo de ser extinto e está precipitando uma hostilidade apenas latente da maioria", disse ele, jogando, ainda, um argumento técnico: "Como o Senado pode votar na segunda-feira (amanhã) um regimento adaptado ao da Constituinte, se este outro não existe?"

Quanto a vantagens materiais, elas não são tão grandes assim. Um senador recebeu, em janeiro, o vencimento bruto de Cz\$ 21 mil 841 e 91 centavos, com o líquido de Cz\$ 19 mil 355 e 63 centavos. Na Câmara, esses valores foram, respectivamente, cerca de Cz\$ 23 mil e Cz\$ 20 mil. Os senadores têm gabinetes maiores, maior número de funcionários e um Opala com motorista à disposição, o que dobra no caso dos nove líderes partidários (PMDB, PDT, PFL, PDS, PSC, PMB, PL, PDC e PTB) — mas as passagens aéreas e as franquias telefônicas e postais valem o mesmo para deputados e senadores.

"A questão é de poder mesmo", diz um funcionário, lembrando que o fim do Senado significaria altíssimo risco para os quatro anos a mais de mandato dos senadores, enfraqueceria a dependência dos governadores a esses parlamentares e igualaria o poder de cada voto. Além disso, acabaria com o velho e poderoso charme do título senador da República.